

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Formação de Conselheiros Nacionais
Curso de Especialização em Democracia, República e Movimentos Sociais

Carlos Eduardo de Souza Siqueira

RESPOSTAS LOCAIS AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:
o estudo do processo de agenda 21 do município de Rondon do Pará no período (2003-2007).

Belém/PA

2010

CARLOS EDUARDO DE SOUZA SIQUEIRA

RESPOSTAS LOCAIS AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

o estudo do processo de agenda 21 do município de Rondon do Pará no período (2003-2007).

Monografia apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em República Democracia Participativa e Movimentos Sociais.

Orientador:

Professor Doutor Juarez Rocha Guimarães

Belém/PA

2010

FICHA CATALOGRÁFICA




Universidade Federal de Minas Gerais
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais
Av. Antônio Carlos, 6627 – Caixa Postal 253 - Cidade Universitária - Pampulha
31270-901 - Belo Horizonte – MG / e-mail: adm_edist_@fafich.ufmg.br
TEL (31) 3499-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2010 (dois mil e dez), na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Brasília/DF reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada ***"Respostas locais aos desafios do desenvolvimento sustentável: o estudo do processo de agenda 21 do município de Rondon do Pará no período 2003-2007"***, elaborada por ***Carlos Eduardo de Souza Siqueira***. A Comissão, composta por Igor Ferraz da Fonseca (IPEA) e Márcia Miranda Soares (UFMG), após apresentação da monografia, deliberou pela sua aprovação, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Brasília, 29 de abril de 2010.


Igor Ferraz da Fonseca (IPEA)


Márcia Miranda Soares (UFMG)

CARLOS EDUARDO DE SOUZA SIQUEIRA

RESPOSTAS LOCAIS AOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:

o estudo do processo de agenda 21 do município de Rondon do Pará no período (2003-2007).

Monografia apresentada à
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em República
Democrática Participativa e
Movimentos Sociais.

Aprovado em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Componente da Banca Examinadora

Componente da Banca Examinadora

Componente da Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família na qual tive apoio incondicional, aos amigos e colegas que contribuíram para o debate sobre o desenvolvimento sustentável nos constantes encontros nos espaços políticos na Amazônia. Meu especial Carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Professores e demais colaboradores da Universidade Federal de Minas Gerais do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, pelo desvelamento do conhecimento em Ciência Política, e pela excelência da formação.

Ao esforço da Secretaria da Presidência da República demonstrando seu compromisso com a democracia nesse país, meu eterno agradecimento.

À Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município de Rondon do Pará, em especial ao Secretário Fidélis Paixão.

“Desenvolvimento agora envolve capacidade de inovação, de fazer parcerias, de criar ambientes favoráveis à sinergia e de aproveitar as inusitadas potencialidades da simbiose. Esses são os novos conceitos-chave da mudança da velha idéia de crescimento para uma nova concepção de desenvolvimento”.

Augusto de Franco.

RESUMO

Este trabalho estuda o processo de desenvolvimento sustentável a partir da estratégia de Agenda 21 Local, seus conceitos e pressupostos, bem como o paradoxo entre as teorias do desenvolvimento e o crescimento econômico, este último até pouco tempo tido como o grande impulsionador do processo do desenvolvimento, paradigma que teve sua hegemonia questionada pela existência de outras variáveis que concorrem para gerar o fenômeno do desenvolvimento. Alguns teóricos afirmam sua multidimensionalidade e que tal fenômeno não se resume ao fator economicista, no caso a renda. O estudo focou a experiência em desenvolvimento local no Município de Rondon do Pará, sudeste paraense, a partir do processo da Agenda 21 Local implementado naquela localidade, observando o passo a passo da estratégia de Agenda 21 Local, a mobilização gerada, os desafios enfrentados, principalmente pela cultura econômica predatória nesta região, considerada o arco do desmatamento na Amazônia brasileira, bem como os resultados gerados a partir da Agenda 21 Local. O processo observado se deu a partir de pesquisa documental no sentido de entender as bases de discussão do desenvolvimento sustentável, e do relatório de implementação da Agenda 21 Local de Rondon do Pará, e também de outros instrumentos produzidos durante o processo de Agenda 21, que foram seu plano diretor urbano e o diagnóstico e indicadores socioambientais, disponibilizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Município de Rondon do Pará. No contato com a experiência, verificamos que há uma tentativa de construir novos caminhos para além da cultura econômica existente, que se mostra insustentável e centrada na derrubada da floresta, e que para isso gerou um conjunto institucional centrado na participação popular que congrega agentes públicos e setor produtivo do município e do movimento social, dentro de um processo de discussão e deliberação. Observa-se nesse processo instituído a construção de consensos em torno da vocação do município focada na bacia leiteira e do pólo moveleiro dentro de uma responsabilidade socioambiental, e o maior instrumento desse processo talvez seja a construção de Plano Diretor Urbano Participativo que planejou a cidade em direção ao futuro desejado, fruto segundo os documentos pesquisados da participação efetiva de todos promovidos pela construção da Agenda 21 Local.

Palavras-Chave: Agenda 21 Local. Desenvolvimento Sustentável. Rondon do Pará.

LISTA DE SIGLAS

ADEPARÁ - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará

AMAT- Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins

CMDUS- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

CIDES- Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável

DLIS- desenvolvimento local integrado e sustentável

FNMA- Fundo Nacional do Meio Ambiente

ICLEI - Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais

GTA- Grupo de Trabalho Amazônico

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PPA- Plano Plurianual

LDO- Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA- Lei Orçamentária Anual

NEM- Núcleo Executivo Municipal

NGL- Núcleo Gestor Local

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECMA- Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEMATAG- Secretaria Municipal de Agricultura

SIPAM- Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM- Sistema de Vigilância da Amazônia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTOS	14
2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGENDA 21	14
2.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DA AGENDA 21 DO GLOBAL, AO LOCAL.....	18
3 O PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL	20
3.1 PRIMEIRO PASSO: MOBILIZAR PARA SENSIBILIZAR GOVERNO E SOCIEDADE	20
3.2 SEGUNDO PASSO: CRIAR O FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL	21
3.3 TERCEIRO PASSO: ELABORAR O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	21
3.4 QUARTO PASSO: ELABORAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	21
3.5 QUINTO PASSO: IMPLEMENTAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	22
3.6 MONITORAR E AVALIAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	23
4 DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 AMAZÔNIA	24
5 A EXPERIÊNCIA DO PROCESSO DA AGENDA 21 DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ	26
5.1 O CONTEXTO LOCAL	26
6 O PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL	30
6.1 A METODOLOGIA.....	31
6.3 O ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA	35
6.4 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO	38
6.5 CAPACITAÇÃO.....	42
6.6 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO.....	45
6.7 PACTUAÇÃO DE AÇÕES E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO	47
6.8 PLANO DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS ALTERADAS	49

6.9 MONITORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS FUTUROS	50
7 OS RESULTADOS OBTIDOS COM A ESTRATÉGIA DE AGENDA 21.....	54
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

1 INTRODUÇÃO

Historicamente fomos impelidos a pensar a questão do desenvolvimento a partir de uma lógica fincada no crescimento econômico. Por esta lógica, bastava fazer crescer o PIB (produto interno bruto), aumentar a renda e todos os demais fatores inerentes ao desenvolvimento seriam impulsionados. Milhões de pessoas deixariam de ser pobres por conta do crescimento econômico, uma vez que seriam criados empregos suficientes para todos. Experimentamos esse modelo plenamente na década de 70 do século passado, onde crescemos muito mais que outras nações. Não obstante, mantivemos baixíssimos níveis de desenvolvimento social, apresentando também, ao final desse período, a maior defasagem do planeta entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Alguns afirmam que fizemos crescer o produto, mas não distribuimos a renda. Como também essa mesma afirmação traz consigo o discurso da falta de vontade política das elites de implantar políticas de distribuição da renda e a um modelo econômico concentrador toda chamada “dívida social”, (Franco, 2002). Rompendo com esse paradigma e segundo estudos teóricos sobre o desenvolvimento, existem outros fatores determinantes que concorrem para apropriação e multiplicação da renda, que são os níveis de capital humano e capital social. Adotaremos tais conceitos para pensar a temática do desenvolvimento, tendo como referência o estudo da agenda 21. A Agenda 21 é um dos resultados da Rio-92, quando a conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento reuniu diretrizes, princípios, estratégias e propostas de políticas, programas e ações para transformação do desenvolvimento na direção apontada pelas idéias associadas à sustentabilidade ambiental. Contribuíram para sua formulação milhares de pessoas e organizações em um processo que reuniu governos, empresas e entidades da sociedade civil. Documento composto de 40 capítulos e aceito por 179 países, constitui-se como uma tecnologia social capaz de impulsionar o processo de desenvolvimento gerando ambientes favoráveis para melhoria da qualidade de vida da população local.

Neste projeto de pesquisa pretendemos relacionar a implementação da Agenda 21 Local com uma nova concepção de desenvolvimento. Focaremos a experiência de Rondon do Pará no período compreendido entre 2003 a 2007. Para isso, recorreremos a conceitos sobre cooperação (capital social), empreendedorismo (capital humano), redes sociais, bem como o paradoxo entre crescimento econômico e desenvolvimento. Procuraremos analisar o Processo de Desenvolvimento Sustentável Local implantado no município de Rondon do Pará, a partir de sua Agenda 21 Local, e descrever passo-a-passo, os desafios e resultados que essa experiência constituiu junto à comunidade local.

2 FUNDAMENTOS

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGENDA 21

Falar sobre o desenvolvimento sustentável implica em conhecer os diversos fatores que lhe são característicos. Ele é multidimensional, os seus objetivos são sempre sociais, éticos e contém uma condicionalidade ambiental explícita (SACHS, 2004). Constitui uma equação complexa e não pode ser reduzido a uma variável economicista.

O desenvolvimento sustentável é movimento sinérgico captável por alterações de algumas variáveis, que estabelecem uma estabilidade dinâmica num sistema complexo (FRANCO, 2002), no caso, as sociedades humanas. Crescimento é movimento, mas, movimento não pode ser reduzido a crescimento. Criar, crescer, renovar, reinventar – tudo isso é movimento, não apenas crescer, que é importante, mas tem limites relativos aos valores de outras variáveis. Sistema complexo, como o desenvolvimento sustentável, não pode ser simplificado ao primado do fator econômico, onde todas as variáveis dependem de uma única variável: *a renda*, referência observada nos escritos de Celso Furtado observado por Guimarães (2009), quando do reducionismo econômico. Pois, sendo assim, o fenômeno do desenvolvimento estaria submetido, unicamente, à lógica do mercado, nesse caso, não teria sentido falar em desenvolvimento sustentável.

Para haver desenvolvimento sustentável é necessário que haja entre outras coisas alteração nos componentes da sociedade em níveis de empreendedorismo (capacidade de realização das pessoas) e, no nível de comunidade (cooperação), ainda que nem todas as alterações desses fatores possam ser interpretadas como desenvolvimento sustentável. Isso quer dizer que os conceitos de adaptação e conservação são inerentes ao de desenvolvimento sustentável (FRANCO, 2002). Um desenvolvimento não sustentável, ou seja, que não viabiliza a adaptação e a conservação é um movimento assinérgico e, portanto poderia ser crescimento, ou criação, poderia até mesmo ser destruição, mas jamais será desenvolvimento.

Sistemas sociais só se desenvolvem se estiverem afastados do estado de equilíbrio, o que pressupõe mudança social, mas o que não quer dizer que tais sistemas possam deixar de conquistar a estabilidade. Ora, se desenvolvimento é mudança social, mas não é qualquer mudança, então desenvolvimento sustentável é aquela classe de mudanças sociais nas quais se verificam alterações dos fatores sócio-culturais da humanidade que garantam a estabilidade dos sistemas sociais. Em outras palavras, todo desenvolvimento é desenvolvimento

sustentável se, e na medida em que, conquistar a estabilidade no processo produtivo (FRANCO *apud* MATURANA; VARELLA, 1973).

Assim para Juarez de Paula:

A promoção do desenvolvimento requer o aprendizado do uso sustentável do capital natural (conjunto de bens e serviços oferecidos pela natureza), o que significa investir na transição para um novo padrão de produção e consumo, na busca de fontes alternativas de energia limpa, na proteção e uso adequado de mananciais e fontes de água pura, na proteção e exploração adequada da biodiversidade, na reciclagem de resíduos, na recuperação de áreas ambientalmente degradadas, entre outras iniciativas (2001, p. 111).

Portanto, o estudo das localidades, dentro de uma concepção do desenvolvimento sustentável, constitui um passo importante para entender o funcionamento desse processo. Muitos municípios da Amazônia, a partir de seus governos adotaram algumas estratégias com os pressupostos do desenvolvimento local; das Agendas 21 e do desenvolvimento local integrado e sustentável (DLIS). Estudar alguns casos constitui trazer para os marcos acadêmicos experiências singulares, como fez, outrora, alguns teóricos que enveredaram na Amazônia para conhecer essas experiências e perceber os níveis do desenvolvimento sustentável.

Perceber os níveis de capital humano, que gera empreendedorismo, a constituição do capital social, que promove a cooperação, as redes que geram um padrão de organização horizontal e os modos como as pessoas regulam os conflitos e constroem consensos na localidade. São fatores importantes e que, de certa forma, determinam os níveis do desenvolvimento sustentável de uma localidade.

Estudos anteriores como os de Toqueville (1835), Putnan (1996) e Jacobs (2000), convergem para alguns fatores determinantes do desenvolvimento sustentável, entre os quais o capital social. Todas as evidências empíricas sobre a relação entre capital social e desenvolvimento foram recolhidas em localidades. Em sentido positivo, em localidades que apresentaram incrementos em seus índices de desenvolvimento em virtude da existência de redes sociais, de organizações voluntárias da sociedade civil e outras formas de sociabilidade motivadas por emocionalidades cooperativas, elementos presentes nos estudos de Sherer-Warren (2009) sobre as teorias dos novos movimentos sociais.

De tudo o que se fale ou do que já se falou sobre o tema deve-se reter apenas uma coisa fundamental: capital social é rede social. Redes sociais são, em essência, os múltiplos caminhos existentes entre indivíduos e grupos. Capital social se refere, portanto, à configuração móvel das conexões internas de um corpo coletivo de seres humanos, incluindo

não apenas a sua morfologia, mas também o “metabolismo” que parece lhe ser próprio, (FRANCO, 2004). Assim, capital social não é um conceito econômico (como poderia sugerir o termo ‘capital’), nem sociológico (como poderia sugerir o termo ‘social’). É um conceito político, que tem a ver com os padrões de organização e com os modos de regulação praticados por uma sociedade.

Do ponto de vista da genealogia do conceito, capital social é uma noção tocquevilliana, jacobiana e putniana. Tocquevilliana porque tem a ver com a sugestão da existência de um nexos conotativo entre sociedade civil e democracia que aparece, pela primeira vez de maneira mais clara, nas observações de Tocqueville sobre a sociedade americana de meados do século. Jacobiana porque tem a ver com a sugestão da existência de um nexos conotativo entre desenvolvimento e rede social que aparece, pela primeira vez com o sentido que hoje atribuímos ao conceito, nas observações de Jane Jacobs sobre a “morte” e a “vida” das cidades americanas em meados do século 20. E putniana porque tem a ver com a sugestão da existência de um nexos conotativo entre os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadã e a boa governança e a prosperidade econômica, que aparece, pela primeira vez, divulgada de uma maneira mais ampla – nas observações de Robert Putnam sobre o desenvolvimento das localidades italianas nas últimas décadas do século 20.

Mas é preciso ver que Tocqueville não escreveu um livro chamado "A Economia na América". Robert Putnam, que empreendeu, 140 anos depois, uma viagem tocquevilliana em sentido inverso – do novo para o velho mundo – não escreveu um livro chamado "Para que a economia funcione". Quando Tocqueville quis explicar a efervescência da sociedade americana em termos da sua predisposição para o desenvolvimento, cunhou a expressão 'governo civil', que se referia à capacidade daquela sociedade, em meados do século 19, pelo menos na Nova Inglaterra, de gerar ordem espontaneamente a partir da cooperação. 'Governo civil' (e não 'empresa civil') é o antepassado em linha direta do conceito de capital social. Sim, o mesmo conceito que Putnam utilizou para explicar porque determinadas localidades italianas do Norte apresentavam prosperidade econômica e boa governança em contraste com outras localidades, do Sul, que não possuíam esses atributos do que chamamos de desenvolvimento sustentável.

O olhar de Tocqueville era político. Por isso, ele escreveu, na década de 1835, "A Democracia na América". O olhar de Putnam era político. Por isso, ele escreveu, em 1993, um livro “Para que a democracia funcione”.

Jane Jacobs, no final da década de 1950, estava preocupada com um fenômeno que ocorria nas cidades americanas: algumas pareciam vivas, florescentes, enquanto que outras pareciam que estavam morrendo. Ela publicou um clássico, no início dos anos 60, intitulado "Morte e vida das grandes cidades americanas". Jacobs descobriu que nas cidades que estavam "vivas", sempre existiam, nos seus bairros e distritos, pessoas conectadas com pessoas (P2P) segundo um padrão de rede, ocupadas com os assuntos públicos. Ela chamou essas redes de capital social. Ela responsabilizou esse capital social (e não o capital físico ou financeiro, o produto ou a renda; e não o capital empresarial, a riqueza) – uma externalidade, portanto, do ponto de vista do pensamento econômico – pela vitalidade das localidades americanas em termos de desenvolvimento. Jacobs foi a primeira pessoa que empregou a expressão ‘capital social’ com o sentido com que a empregamos hoje, com o sentido com que Putnam empregou o termo, com o sentido com que Tocqueville cunhou a expressão governo civil.

Todas essas pessoas – Tocqueville, Jacobs e Putnam – estavam falando de desenvolvimento e estavam falando de sociedade. Em conjunto, estavam estabelecendo um nexos conotativo entre desenvolvimento, sociedade civil e democracia. Estavam vislumbrando uma relação intrínseca entre desenvolvimento e o modo como a sociedade se estrutura e regula seus conflitos. Estavam dizendo que desenvolvimento, tem, a ver, com rede, cooperação, identidade, participação, tem a ver com democracia.

Estudar esse processo na Amazônia é um retorno ao local, é perceber e sentir os estudos anteriores feitos em outras partes do planeta, porém de uma forma diferente, com um olhar e um fazer amazônico. É entender como funciona uma estratégia de Agenda 21, de que maneira essas estratégias contribuem para construção de uma política de boa governança local.

Dessa forma, e de acordo com a fundamentação teórica posta focamos nossos estudos na experiência da agenda 21 local do município de Rondon do Pará, Amazônia. As informações aqui constantes sobre o processo de desenvolvimento local nesse município decorrem de pesquisa documental sobre a teoria contemporânea do desenvolvimento sustentável, e de informações presentes nos instrumentos gerados no processo da Agenda 21 Local, são eles o relatório de implementação da Agenda 21, o plano diretor urbano e o diagnóstico socioambiental do município de Rondon do Pará. Nesse sentido, é importante apresentar o histórico de construção da estratégia de agenda 21, para que possamos compreender a dinâmica estabelecida.

2.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DA AGENDA 21: DO GLOBAL AO LOCAL

A Agenda 21 Global foi um dos principais instrumentos pactuados entre as 179 Nações durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Nela estão estabelecidos compromissos e metas para uma série de questões que deverão promover o desenvolvimento sustentável, a equidade econômica e a justiça social. A partir da Agenda 21 Global, as Nações assumiram compromisso de realizar suas Agendas 21 Nacional, Regionais e Locais.

O objetivo principal da Agenda 21 é a mudança do padrão de desenvolvimento, a ser praticado pela humanidade no século XXI. A este novo padrão, que concilia justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental, convencionou-se chamar de Desenvolvimento Sustentável. Portanto, a Agenda 21 não visa somente objetivos ambientais, tampouco é um processo de elaboração de um documento de governo. É um pacto ético entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil com o futuro.

O Governo brasileiro iniciou em 1997 e concluiu em 2002 a elaboração da Agenda 21 Brasileira, num processo que envolveu instituições e lideranças dos diversos setores políticos, sociais, culturais, acadêmicos e econômicos. Em vários municípios, bacias hidrográficas, estados e outras unidades territoriais, iniciaram processos regionais ou locais de Agendas 21, tendo o Governo Federal iniciado o apoio formal a esses processos a partir de 2002, por meio do Ministério do Meio Ambiente.

A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos participativos para a formulação e operacionalização de planos de desenvolvimento sustentável. Mediante a mobilização de cidadãos e organizações do Poder Público, Sociedade Civil e Setor Produtivo, a leitura da realidade e pactuação de ações e propostas em um determinado território, possibilitam melhores usos de instrumentos de planejamento estratégico e gestão, tais como orçamento participativo, plano diretor, plano da bacia hidrográfica e outros para a construção das ações e políticas visando à sustentabilidade.

Na Amazônia Brasileira, o maior número de casos de iniciativas em curso, inclusive pelas tensões inerentes ao processo de desenvolvimento, encontra-se no estado do Pará. Além das novas etapas do zoneamento econômico-ecológico, de inovações na gestão florestal, unidades de conservação, de planos diretores participativos e planos regionais como da BR 163, de políticas de geração de renda como o de economia solidária, o Governo do Estado do Pará está criando outros programas de inclusão social e cultural que podem encontrar na

Agenda 21 um espaço adequado para promover sinergias e potencializar resultados de transformação local.

A implementação de Agendas 21 Locais é uma ação prioritária no Programa Agenda 21, previsto no Plano Plurianual do Governo Federal, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento sustentável local e a construção da cidadania ativa e da democracia participativa no país. O fortalecimento das Agendas 21 Locais e de suas respectivas instâncias representativas (entidades governamentais e não-governamentais) é fundamental para que os processos sejam implementados, continuados, aprimorados, compartilhados e para que novas Agendas 21 sejam construídas.

Por conta desse entendimento, durante o ano de 2006, o Ministério do Meio Ambiente fomentou a criação da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, protagonizada pelos diversos processos locais, formalizada em agosto 2006 num Encontro Nacional que aconteceu em Brasília, visando permitir o aprimoramento e a qualificação dos processos por se constituir em um canal de sensibilização, troca de experiências e informações, divulgação de ações e iniciativas exitosas, em todo o território brasileiro. Ainda em julho daquele mesmo ano aconteceu o Encontro Regional das Agendas 21 Locais da Amazônia, envolvendo os processos regionais, coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico- GTA e pelos Argonautas Ambientalistas da Amazônia.

Os encontros estaduais constituem momentos de aproximação entre atores sociais envolvidos com a implantação das Agendas 21 Locais nos Estados, ponto de partida para a configuração da rede estadual e de seus princípios. Por esses e outros motivos, é de extrema importância o estudo desses processos, no sentido de conhecer as experiências locais e entender em que medida contribuiu para participação efetiva dos atores sociais, a construção e implementação de políticas públicas locais, e para boa governança.

3 O PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL

A Agenda 21 Local constitui um instrumento importante para o planejamento participativo, pode gerar ambientes favoráveis às iniciativas da sociedade, para que seja construído um mundo mais justo e equilibrado para as gerações atuais e futuras. Para isso acontecer é necessário a participação efetiva de todos os atores sociais, que cada um reconheça na Agenda sua contribuição rumo ao futuro, se reconheça como parte e que entenda que cada desafio, sucesso ou fracasso na construção do caminho desejado, é responsabilidade de cada um.

Dessa forma a metodologia está fincada num conjunto de passos para implementação das Agendas na perspectiva da mudança social e na crença da sustentabilidade, são eles:

3.1 PRIMEIRO PASSO: MOBILIZAR PARA SENSIBILIZAR GOVERNO E SOCIEDADE

Esse constitui um passo importante, pois é o momento que os conceitos da Agenda e pressupostos são difundidos na localidade, tornando-se um potente instrumento de mobilização social, fazendo com que haja interação na comunidade, na associação de moradores, movimentos sociais, sindicatos, comunidades escolares, associações patronais, entidades dos setores produtivos urbanos e rurais, instituições públicas, etc.

A iniciativa de um processo de Agenda 21 Local pode ser de um grupo de pessoas sob liderança de qualquer segmento da comunidade: governo local, universidade, organização não governamental. Se a iniciativa partir de um grupo da sociedade civil é essencial a obtenção do apoio da prefeitura e da câmara de vereadores para posterior oficialização do processo. Dessa forma, mobilizar e sensibilizar são ações fundamentais para o sucesso da Agenda 21.

3.2 SEGUNDO PASSO: CRIAR O FÓRUM DA AGENDA 21 LOCAL

O Fórum é a instância responsável por coordenar o processo de desenvolvimento na localidade. As pessoas que compõem essa instância devem estar plenamente conscientes do seu papel de agentes impulsionadores do desenvolvimento local. Elas devem saber que o desenvolvimento é local, e que não ocorrerá se os recursos existentes na própria localidade não forem dinamizados e utilizados de uma nova maneira.

Devem compor o Fórum as lideranças da localidade e cada localidade escolhe o perfil das pessoas que devem compor o Fórum. Mas é sempre importante manter o equilíbrio na composição desse Fórum. Dessa forma é importante que participem os governos locais, representantes da sociedade civil, bem como o setor produtivo.

3.3 TERCEIRO PASSO: ELABORAR O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Para conhecer a realidade local em suas dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e político-institucionais, o Fórum da Agenda 21 Local deverá:

Definir como e quem irá realizar o diagnóstico participativo, e isso exige o trabalho de conhecedores da realidade local, bem como de orientadores capacitados. É indicado a formação de um grupo de trabalho que estabelecerá a metodologia, a forma de participação e o tempo necessário para sua execução, procurando identificar os obstáculos à sustentabilidade e levando sempre em conta o futuro desejado.

3.4 QUARTO PASSO: ELABORAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Constitui o planejamento para transformação da realidade local. O Plano é o principal elemento do processo de construção e implementação da Agenda 21 Local, e deverá conter minimamente:

- ✓ A visão estratégica da comunidade, incluindo o cenário futuro desejado construído ao longo do processo;

- ✓ Objetivos, oportunidades, problemas e prioridades levantadas no diagnóstico participativo;
- ✓ Metas específicas que devem ser alcançadas;
- ✓ Ações concretas e específicas para atingir as metas e, por conseguinte, os objetivos;
- ✓ Estratégias e meios para implementação das ações, que incluam os vínculos existentes com o processo de planejamento governamental do município ou região;
- ✓ Recomendações, estratégias de revisão do Plano e dos pactos firmados de forma periódica;
- ✓ Indicadores de desenvolvimento sustentável e outros instrumentos de controle público como pesquisas, consultas e campanhas.

O Plano é elaborado na forma de um mapa do caminho para o futuro- o desenvolvimento é ao mesmo tempo o caminho e a caminhada, onde os marcos de referência são as realizações para superação dos obstáculos e para o aproveitamento das oportunidades.

3.5 QUINTO PASSO: IMPLEMENTAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Implementar o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21 Local, significa dar início à execução das ações acordadas entre governo e sociedade. Para isso, algumas atividades são básicas:

- ✓ Relacionar e analisar diferentes instrumentos, mecanismos, instituições- do setor público e privado – que possam contribuir na efetivação das ações propostas com recursos financeiros e técnicos;

Analisar programas e projetos em andamento, como por exemplo o Zoneamento Ecológico Econômico, Planos de gerenciamento de bacias hidrográficas, planos de manejo de unidades de conservação, planos diretores e orçamentos participativos, para identificar e integrar ações;

- Definir procedimentos para incorporar as ações da Agenda 21 Local nos documentos governamentais de planejamento: Lei Orgânica, Planos Plurianuais-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA;

- Definir procedimentos para incorporar as propostas do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável nas políticas públicas locais;
- Estabelecer canal de participação com o legislativo municipal e estadual;
- Definir e implementar estratégias para envolver a sociedade no monitoramento da Agenda 21 Local;
- Dar publicidade, com a divulgação de indicadores e variáveis consideradas na construção.

3.6 MONITORAR E AVALIAR O PLANO LOCAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Avaliar implica em medir continuamente os indicadores; comparar os resultados reais e os resultados esperados; tomar decisões sobre medidas corretivas que reduzam as falhas e aumentem a eficiência, constitui um procedimento contínuo e integrado.

4 DESAFIOS PARA CONSTRUÇÃO DA AGENDA 21 AMAZÔNIA

A Amazônia Brasileira constitui uma região rica em biodiversidade e seu maior desafio hoje é a superação da pobreza e a ampliação da cidadania para todos os 24 milhões de brasileiros que a habitam. Se a vontade política prevalecer, pode encontrar um novo caminho de desenvolvimento com a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais. Essa nova configuração só será possível com a sinergia entre as experiências de desenvolvimento local justo e sustentável, em um panorama marcado pelos princípios centrais da Rio 92: as mudanças climáticas, a diversidade biológica e a própria Agenda. Os movimentos sociais locais oferecem uma experiência importante para o panorama político dessas transformações.

Diante de tal cenário, rico e multifacetado de culturas e saberes, ainda não se construiu iniciativas duradouras no sentido de mitigar os principais problemas que atingem a Amazônia Brasileira: a questão fundiária geradora do latifúndio e o uso indevido do solo, raiz de queimadas e desmatamentos.

A instrumentalização da metodologia da Agenda 21 poderá se revelar um importante remédio, uma vez que traz consigo a possibilidade de se construir caminhos rumo à sustentabilidade, incluindo os diversos seguimentos sociais excluídos historicamente da cidadania na Amazônia.

A Amazônia Brasileira apresenta diversas concentrações de boas experiências sócio-ambientais em áreas com forte organização social, enquanto lacunas podem ser vistas com baixos níveis de mobilização comunitária e predomínio do discurso de desenvolvimento predatório. Este tipo de desenvolvimento segue uma linha de ganhos relativamente altos, mais logo seguido pelo esgotamento gradativo de recursos, passando ao longo dos anos para uma herança de miséria e devastação, refletido nos indicadores de desenvolvimento humano e na forma como são tratados os grupos mais vulneráveis, (crianças, mulheres, idosos, negros e indígenas).

A proposta de desenvolvimento justo e sustentável inspirado nos princípios da Agenda 21 já vem sendo experimentada e desenvolvida em algumas localidades - e com nomes bastante variados. Existem muitos municípios onde esse processo aconteceu com a criação de fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), especialmente na Amazônia Oriental.

Para evitar o processo historicamente conhecido de grilagem de terras, expulsão de moradores locais e desmatamento em ampla escala, os movimentos sociais e ambientais têm

promovido encontros para recomendar ações governamentais voltadas para o desenvolvimento justo e sustentável da área que contempla o norte do Mato Grosso, a região da rodovia Transamazônica e do rio Xingu e os municípios do baixo Amazonas. É um típico exemplo de busca de equilíbrio entre pressões econômicas predatórias (madeira, soja, pecuária, terra), a proteção ambiental e a justiça social.

Nesse sentido, a construção de Agendas 21 Locais nessas regiões podem vir a consolidar os processos de desenvolvimento sustentável, bem como fortalecer os Fóruns deliberativos, institucionalizados, que sirvam como um instrumento de controle público das comunidades locais. Desta forma está-se pactuando junto à sociedade a construção de cenários consensuados, em regime de parcerias, que devem servir de subsídio à elaboração de políticas públicas sustentáveis, orientadas para harmonizar o desenvolvimento econômico, a justiça social e o equilíbrio ambiental.

O diálogo com as experiências locais de desenvolvimento justo e sustentável é fundamental para que as políticas governamentais possam atingir seus objetivos e, no espírito dos compromissos assumidos pelo Brasil em 1992, formando um verdadeiro processo de Agenda 21 da Amazônia não apenas na proteção ambiental, mas como uma nova agenda efetiva para o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, é necessário ampliar o acesso à participação aos grupos locais, para que todos tenham capacidades de interferir nos seus espaços com qualidade, e suas vozes possam ser ouvidas quando da oferta de políticas públicas para Amazônia, pois o desenvolvimento depende das pessoas que moram na Amazônia, e para isso acontecer elas precisam estar empoderadas para poderem exercer seus empreendimentos gerando mais capital humano, mais cooperação, e mais alcance de suas redes sociais. A estratégia de Agenda 21 se tomada com seriedade, poderá construir estes ambientes favoráveis da qual as populações tanto precisam.

5 A EXPERIÊNCIA DO PROCESSO DA AGENDA 21 DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ

5.1 O CONTEXTO LOCAL

Rondon do Pará é um Município criado no ano 1982, o município é produto do modelo desordenado de ocupação da Amazônia nas décadas de 60-70. Os primeiros migrantes vindos do Sudeste e do Nordeste chegaram nesta região no final dos anos 60, quando as estradas estavam sendo abertas e a Belém-Brasília asfaltada. Resultante de um processo migratório intenso e de exploração predatória dos recursos naturais, o município, que em 1986 possuía 27,8% da cobertura vegetal de sua área inalterada, hoje possui menos de 20%, figura na lista dos Municípios que mais contribuíram com o desmatamento da Amazônia, localizando-se na área denominada de *Arco do Desmatamento*, onde estão situados os municípios responsáveis por 70% do desmatamento ocorrido no período de 2000-2001 na Amazônia (Fonte: MMA/SCA/SPRN, 2003).

Com uma extensão territorial de 8.241,10 km², o município está localizado no Sudeste paraense. A sede municipal está distante 532 km da capital do Estado e 136 km de Marabá, principal pólo econômico da mesorregião, com o acesso se dando principalmente pela BR-222, rodovia federal totalmente asfaltada, que interliga a rodovia Belém-Brasília à rodovia Transamazônica. A população do Município, de 47.776 habitantes, é constituída por 51% de homens e 49% de mulheres, dos quais 72% habitam na zona urbana e 28% na zona rural, com um perfil etário preponderantemente juvenil, pois 41% têm até 19 anos de idade e se acrescentarmos a faixa etária de até 29 anos de idade, chegaremos ao percentual de 62% da população (IBGE, 2009). A taxa anual de crescimento populacional está situada em 3,14%, com a maioria da população residindo na zona urbana, 75,39%, distribuída em 10.670 domicílios; e 24,61% residindo na zona rural (IBGE, 2005). A densidade populacional é de 5,50 habitantes/km². A Agenda 21 Brasileira, ao diagnosticar o tamanho do desafio que representa construir a sustentabilidade na gestão dos recursos naturais na Amazônia, afirma que é na região amazônica “*onde a sustentabilidade enfrenta as contradições entre conservação e uso sustentável da biodiversidade, expansão da fronteira agrícola, desmatamento, migrações desordenadas e reforma agrária, em meio à multiplicidade de atores engajados*” (Agenda 21 Brasileira – Bases para a discussão, pp. 17-21). É exatamente essa descrição do ‘contexto amazônico’ que representa a configuração social, política, cultural

e econômica do município de Rondon do Pará. O IDH-M de Rondon, em 1991 estava em 0,615, tendo aumentado para 0,690 em 2000. Índices inferiores à taxa estadual, que estava em 0,663 e 0,720 nos anos respectivos. O município ocupava o 43º lugar no *ranking* estadual em 1991, tendo caído para a 55ª posição em 2000. Os dados do ano 2000 apontam para uma taxa de 79% de alfabetização de adultos; 71,38% de frequência escolar; 66,78 anos de esperança de vida ao nascer; e índices de 0,700 de longevidade, 0,740 de educação e de 0,620 de renda, com R\$ 156,81 de renda per capita. Já o PIB per capita do Município teve uma pequena oscilação positiva, passando da 42ª posição em 1999 para a 31ª em 2002, e nova queda, passado para a 39ª posição em 2004, com o valor de R\$ 5.269,09 entre os 143 Municípios do Estado do Pará. Essa perda de poder aquisitivo da população e a diminuição de sua renda per capita são contrastantes com todos os investimentos sociais feitos pelo Poder Público nos últimos anos, que geraram a melhoria dos índices sociais e educacionais que compõem o IDH e o IDH-M. Semelhante aos dados da Amazônia como um todo, apesar da melhoria gradativa no IDH, as condições gerais de pobreza ainda prevalecem. Nos índices educacionais revelam-se os contrastes: enquanto a taxa de alfabetização de adultos acompanha a média nacional, o número médio de anos em estudo revela-se abaixo da média nacional, demonstrando a fragilidade do capital humano na região (Fonte: SUDAM/PNUD – Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: panorama social da região amazônica – 1970/96). A economia é sustentada pela atividade de transformação dos recursos florestais.

Dados do IBGE e Ministério do Trabalho, em 2006, apontam para um estoque de empregos, formado, majoritariamente e em declínio pela Indústria de Transformação, com 1.914 unidades; e em ascensão: administração pública, com 1.013 unidades; agropecuária, com 1.298 unidades; comércio, com 787 unidades; e 413 unidades pelas atividades de serviço. Tais dados não refletem fielmente a realidade, devido à grande informalidade e ilegalidade das atividades econômicas em todos os setores. Quanto à Produção Agrícola, nas lavouras temporárias, a área colhida passou por grande crescimento de 1994 a 2000 e forte declínio de 2001 a 2004, especialmente para as culturas do arroz, feijão e mandioca. Quanto a lavouras permanentes, houve um crescimento na área colhida entre 1994 a 2004, especialmente para a cultura da pimenta do reino e banana, queda da área colhida para maracujá e estabilidade para laranja. Contudo, essa produção agrícola ainda não representa a potencialidade do município identificada pela aptidão das terras para agricultura e mecanização, apontadas no Diagnóstico Socioambiental realizado pela Agenda 21 Local. O crescimento da área colhida no período de 1994 a 2000 e seu declínio no período posterior pode ser explicado pela política de apoio aos proprietários rurais executada pela administração pública municipal. O que demonstra uma

forte dependência desse setor produtivo em relação ao poder público, especialmente para mecanização das áreas e transporte da produção.

O Município passa por uma crise econômica e social que se agrava a cada dia com a diminuição das oportunidades de trabalho e a queda da renda da população, originada pela “migração” da indústria madeireira para novas frentes de expansão, uma vez que a matéria prima florestal torna-se escassa a cada ano.

A vocação econômica não apenas de Rondon do Pará, mas dos municípios da microrregião está centrada na exploração dos recursos florestais, pois foi sobre esta base que a comunidade se instalou, mas obviamente que numa relação de exploração predatória insustentável. Cabe agora alterar essa relação, buscando minimizar os impactos ambientais através do reflorestamento, utilizando espécies que possam ser industrializadas na própria região, da utilização dos resíduos, especialmente da madeira e do pó de serragem, com a conseqüente verticalização da produção local. O investimento em qualificação de mão de obra, na disseminação de novas tecnologias e na renovação do parque industrial são os passos imediatos e necessários para alcançar um novo modelo de exploração dos recursos florestais e fortalecer a economia regional.

Pecuária é outra vocação econômica instalada no Município e na região. A bacia leiteira do município tem crescido e se fortalecido a cada ano, mesmo em bases insustentáveis de pastagem extensiva e sem grandes investimentos privados ou fomento do poder público para o manejo do solo e melhoramento genético do rebanho. (Relatório de Implementação da Agenda 21, 2008).

Segundo dados do IBGE, Rondon do Pará possui um rebanho de 373.000 bovinos e 800 bubalinos. A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ avalia que desse rebanho, 32% são próprios para o corte, 23% para produção de leite e 44% são gado misto. Numa área de aproximadamente 20 mil hectares, mais de 12.000 vacas são ordenhadas, produzindo aproximadamente 60.000 litros de leite/dia. A mesorregião sudeste do Pará, onde o município se insere, é responsável pela produção diária de 200.000 litros de leite/dia, o que corresponde a 70% da produção leiteira estadual, que responde por 2% da produção nacional. Diagnóstico do setor leiteiro realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE em 2008 em parceria com a Agenda 21 Local, identificou que 56% do leite produzido no Município é industrializado em outros Municípios, apesar de 02 laticínios de médio porte e 03 laticínios artesanais estarem instalados em Rondon do Pará e um deles ter sua capacidade de processamento ociosa em quase 50%.

Os queijos fabricados no município também são muito conhecidos e apreciados, com uma produção média de 120 toneladas/mês, especialmente dos tipos mussarela e parmesão. Os laticínios que funcionam informalmente na zona rural produzem mais o tipo qualho, para comercialização local e regional; já na área urbana 01 laticínio de médio porte produz cerca de 70 toneladas/mês do tipo mussarela para comercialização no mercado nacional.

Do diagnóstico de setor leiteiro realizado pelo SEBRAE e Agenda 21, cabe ainda ressaltar que 53% dos produtores rurais leiteiros são classificados como analfabetos funcionais. Ainda assim, apesar desses fatores, os produtores de leite no Município movimentam cerca de R\$ 600 mil/mês, gerando cerca de 400 empregos diretos. Cada família produtora de leite obtém uma remuneração bruta média de R\$ 1.639 mês, apesar de 89% da mão-de-obra do setor nunca ter recebido qualquer capacitação específica, 70% nunca ter obtido qualquer acesso a financiamento público e 90% nunca participaram de alguma entidade associativa ou representativa da categoria.

A execução de um projeto que estruture a produção e comercialização através dos Arranjos Produtivos Locais, integrando os municípios de Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Dom Eliseu, possibilitará o máximo rendimento e o fortalecimento do desenvolvimento econômico da região, a partir dessas vocações regionais que já envolvem milhares de famílias e produtores do Pará e fronteira do Maranhão.

Observa-se neste breve contexto sobre o município, ambientes que demonstram grande potencial para o um processo de desenvolvimento sustentável. Atividades rentáveis que envolvem parcelas significativas da população, que procuram construir horizontes mais equilibrados para dinamizar seus potenciais, que a primeira vista aponta para culturas econômicas muito comuns no estado do Pará, atividades a partir de produtos florestais e a pecuária extensiva. O grande desafio do processo de Agenda 21 e estratégias correlatas dessa região é construir a sustentabilidade dessas práticas com o equilíbrio ambiental, uma vez que nesta região é a que se encontra o maior índice de desmatamento da Amazônia, também conhecida como arco do desmatamento.

6 O PASSO A PASSO DA AGENDA 21 LOCAL

O poder público do município de Rondon do Pará padece de fragilidade na promoção do planejamento estratégico participativo, fundamental para reverter o quadro socioeconômico e gerar as mudanças necessárias. Essa fragilidade é resultado, da cultura centrada no poder público que estabelece políticas verticais, tornando a sociedade beneficiária passiva dessas políticas. No entanto há uma percepção na mudança de modelo pela administração pública municipal, e isso está refletido com a adoção da estratégia da Agenda 21 Local, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, e o Plano Diretor Municipal, que se propõem a preparar as bases para a mudança no padrão de produção e consumo e promoção do desenvolvimento integrado sustentável.

O Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, resultado do processo da Agenda 21 Local, tem como objetivo o desenvolvimento do território municipal baseado no aproveitamento dos recursos naturais com sustentabilidade ambiental, no fortalecimento das cadeias produtivas de produtos de origem animal e vegetal, no incentivo e apoio a agroindústria, agricultura familiar e recuperação das áreas degradadas.

Sua elaboração ocorreu de forma participativa, através da Agenda 21 Local, com uma metodologia participativa que possibilitou ouvir amplamente a população, em mais de 35 reuniões, oficinas, seminários, audiências públicas e conferência municipal, onde mais de 4.000 cidadãos e cidadãs estiveram presente, o que corresponde a cerca de 10% da população do Município, (Relatório de implementação da Agenda 21 Local). Pela primeira vez em sua história, após 24 anos de emancipação e mais de 36 anos de vida, Rondon do Pará empreendeu um esforço coletivo para planejar estrategicamente seu futuro.

O resultado desse processo, além da proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Participativo, que se transformou na Lei Municipal Complementar 001/2006 – Plano Diretor, está na “Agenda de Ações Prioritárias” que se constitui numa matriz de planejamento estratégico utilizada pela metodologia da Agenda 21 para prever mecanismos de execução do Plano, transformada na Lei Municipal 529/2008 e também elaborada de forma participativa, através de Grupos de Trabalho constituídos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável – CMDUS, com representação da sociedade civil, do setor produtivo e do poder público.

A “Agenda de Ações Prioritárias” tornou-se pauta da 2ª Conferência Municipal da Cidade, que debateu, analisou e aprovou as propostas desses Grupos de Trabalho. O principal

desafio da administração pública municipal é implementar esse Plano Estratégico, de modo a não frustrar as expectativas e compromissos estabelecidos com a população. Olhando para o passado, a comunidade pôde identificar erros cometidos que, se tivesse planejado o futuro com antecedência, não estaria sofrendo as conseqüências da falta desse planejamento hoje. O papel da Agenda 21 é fazer olhar para o presente a partir da perspectiva do futuro, de modo a evitar erros cometidos e corrigir rumos que permitam ao município de Rondon do Pará ser uma cidade boa para se viver para a atual e as futuras gerações.

6.1 A METODOLOGIA

O projeto “*Rondon do Pará e sua Agenda 21: O Futuro é aqui!*” encaminhado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente em outubro de 2003, cuja execução iniciou-se em julho de 2004 teve como objetivo:

Dotar o Município de Rondon do Pará de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável e de um Plano de Intervenção em Áreas Alteradas, através da mobilização, capacitação e participação do poder público e da sociedade civil organizada para a execução de ações que possibilitem desenvolvimento social, econômico e cultural sustentável, a inclusão social e a promoção da cidadania.

O projeto estabeleceu 09 metas para realizar o objetivo geral:

1. Campanha permanente de educação ambiental, informação, sensibilização e mobilização da população para participar do processo da Agenda 21.
2. Levantamento de dados secundários junto a órgãos da administração pública e de entidades privadas visando consolidar o Diagnóstico Socioambiental Participativo.
3. Levantamento de dados primários qualitativos, através de encontros segmentados do setor produtivo e grupos sociais relevantes, de modo a envolver a comunidade na solução dos seus próprios problemas, na promoção de práticas socioeconômicas sustentáveis e compor com os demais dados o Diagnóstico Socioambiental Participativo.
4. Identificar uma visão de futuro da comunidade e elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Município, através de oficinas de trabalho e encontros, pactuando ações estruturantes e de redução das desigualdades sociais, definindo ações prioritárias e meios de implementação; assim como construindo e elaborando programas e projetos a partir das ações prioritárias.

5. Promover a capacitação e identificação de mecanismos de integração para o desenvolvimento sustentável da Micro-Região da BR 222 através de seminários de nivelamento, encontros, fóruns e outros mecanismos afins.
6. Promover a Conferência Municipal pelo Desenvolvimento Sustentável do Município, com ampla participação da comunidade para validação do Diagnóstico Socioambiental Participativo e do Plano de Desenvolvimento Municipal.
7. Participar de sessão especial da Câmara de Vereadores para discussão e aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável.
8. Pactuação de projetos prioritários, visando sua execução, consolidação e o envolvimento institucional de parceiros identificados e a inclusão de estratégias, metas e ações da Agenda 21 Local em processos de planejamento formais já existentes.
9. Elaborar o Plano de Intervenção em Áreas Alteradas, através de mecanismos participativos que envolvam o poder público, a sociedade civil organizada e os proprietários de áreas alteradas, (R.I da Agenda 21 Local).

A Metodologia para elaboração do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, incluindo o Diagnóstico Socioambiental Participativo, de modo geral, seguiu aos 06 passos para elaboração de Agendas 21 Locais que, sinteticamente, prevêm:

- 1º Passo: Mobilizar para sensibilizar governo e sociedade;
- 2º Passo: Criar o Fórum da Agenda 21 Local;
- 3º Passo: Elaborar o Diagnóstico Participativo;
- 4º Passo: Elaborar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável;
- 5º Passo: Implementar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável;
- 6º Passo: Monitorar e Avaliar o Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Durante o processo a Agenda 21 integrou e coordenou a dinâmica de elaboração do Plano Diretor Municipal, sendo as dinâmicas e trabalhos adaptados às diretrizes e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional das Cidades, através da Resolução nº. 25, de 18 de março de 2005, e nº. 34, de 01 de julho de 2005, que podem ser sintetizadas nas seguintes orientações:

1. Que o processo de elaboração, implementação e execução do Plano Diretor Municipal deve ser participativo, com uma coordenação do processo compartilhada entre poder público e sociedade civil.

2. Que a publicidade no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal deverá ser ampla, em linguagem acessível, com ciência do cronograma e dos locais das reuniões, apresentação prévia dos estudos e propostas, além da publicação e divulgação dos resultados.

3. A organização do processo participativo garantindo a diversidade por segmentos sociais, por temas e por divisão territorial, garantindo a alternância dos locais de reuniões.

4. A integração e articulação do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal com outros processos de planejamento participativo que estejam sendo executados no Município.

5. Definir no Plano Diretor instrumentos de gestão democrática e sistema de acompanhamento e controle social, tais como conselho municipal, conferência, audiências públicas, consultas públicas, iniciativa popular, ((Relatório de Implementação da Agenda 21 Local).

O Município conseguiu integrar de forma satisfatória e com ótimos resultados os processos da Agenda 21 Local e do Plano Diretor Municipal, tornando-se uma referência para replicação dessa metodologia em outras localidades.

6.2 SENSIBILIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O processo de sensibilização e mobilização da comunidade para participar das atividades da Agenda 21 Local foi permanente e, de modo geral, focado em públicos-alvo que se pretendia alcançar, especialmente os segmentos organizados da sociedade civil e lideranças formadoras de opinião na comunidade. Este processo se iniciou antes do início da execução do projeto, com alguns momentos específicos de reuniões comunitárias e audiências públicas para participação massiva de toda a comunidade.

Com o objetivo de promover a mudança da realidade contextualizada anteriormente e construir alternativas para um futuro diferente, a administração pública municipal iniciou em setembro de 2003, o processo de implantação de um programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. O desafio seria deixar de contemplar passivamente o passado, tão recente e tão dramático, e voltar-se para o presente de olho no futuro, construindo alternativas para um novo padrão de desenvolvimento humano e social sustentável, ((R. I. da Agenda 21 Local).

O processo de sensibilização e mobilização para a Agenda 21 Local se iniciou em setembro de 2003, com dois momentos, o primeiro momento, no início das atividades, de setembro 2003 a janeiro 2004, e o segundo momento, quando incorporadas às atividades de

elaboração do Plano Diretor Municipal sob coordenação da Agenda 21 Local, de março a julho 2006. Com atividades de capacitação, mobilizações pontuais, e maior foco na implementação de ações consideradas necessárias para fortalecer a dinâmica do desenvolvimento local, como a construção de parcerias institucionais com agentes públicos estratégicos para a comunidade.

As atividades iniciais de sensibilização ocorreram com grupos-alvo através de reuniões e encontros comunitários, quando eram apresentados os paradigmas do desenvolvimento local sustentável, proporcionando o debate e reflexão sobre a necessidade de mudar o modelo de desenvolvimento vigente, a partir do envolvimento da comunidade, e estimulada a participação no primeiro grande encontro que discutiria alternativas para o desenvolvimento sustentável da região, a partir dos objetivos da Agenda 21, com eleição do Fórum de Desenvolvimento Local. Essas atividades ocorreram a partir de setembro 2003, com foco em grupos sociais e segmentos produtivos: foram realizadas 8 reuniões com diferentes grupos sociais ou segmentos produtivos, além de entrevistas na emissora de rádio e televisão local, envolvendo diretamente a participação de cerca de 300 lideranças, a saber: (vereadores, conselheiros municipais, pastores evangélicos, líderes comunitários representantes de sindicatos, associações, grupos e clubes de serviços, agentes comunitários de saúde, pequenos produtores e trabalhadores rurais; igreja católica, produtores rurais).

Decorrente do processo de mobilização foi realizado o primeiro grande encontro visando discutir “Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável”, o maior evento de mobilização comunitária já ocorrida no Município, que congregou mais de 800 participantes, representando os diversos grupos sociais, segmentos produtivos, gestores, líderes e formadores de opinião, com representação do primeiro escalão do governo do estado e da bancada parlamentar. O evento contribuiu para retirar a administração pública e o município de um forte grau de isolamento político-social em que se encontrava e gerou a sinergia para o início das parcerias e do movimento visando promover o desenvolvimento local.

Durante o encontro, foi constituído, por unanimidade, o Fórum de Desenvolvimento Local Sustentável, composto por 41 representantes titulares, 38 suplentes e 05 membros de honra, dos mais diversos segmentos e grupos da sociedade civil, do poder público e do setor produtivo local, envolvendo os vários grupos políticos locais, ((R.I da Agenda 21 Local).

O Fórum iniciou a elaboração de um “regimento interno” e elegeu uma coordenação constituída por 8 de seus membros como titulares e 3 como suplentes, iniciativas consolidadas no encontro seguinte do Fórum, em 06 de novembro quando foram aprofundadas reflexões sobre os princípios e paradigmas do desenvolvimento local sustentável.

As atividades seguintes se concentraram na elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo e nas atividades de capacitação.

6.3 O ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO COLETIVA

A participação democrática nas atividades da Agenda 21 e no Plano Diretor Municipal ocorreu através dos espaços institucionais, formais ou não formais, que aglutinaram representantes do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo, abertos a participação dos diversificados grupos políticos locais.

Precedendo a criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável Local foi formado o Grupo de Trabalho para implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável Local, constituído através do Decreto nº 060/2003-B, de 04 de agosto 2003, com a atribuição de “*coordenar o processo de criação do Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Rondon do Pará*” e “*sensibilizar a comunidade rondonense em geral para a elaboração da Agenda 21 Local*” (incisos I e II do art. 2º). Esse Grupo, também chamado de Equipe Gestora, ficou vinculado ao gabinete do Prefeito e sediado na Secretaria Municipal de Agricultura – SEMATAG.

No decorrer do processo novas organizações e lideranças foram incorporadas ou desligadas do Fórum, de acordo com a dinâmica de participação e referendo dos demais membros, conforme possibilitava seu regulamento interno. O Fórum de Desenvolvimento Local elegeu sua coordenação, obedecendo ao critério de aglutinar governo, sociedade civil e setor produtivo. Uma variável importante que gerou desmobilização e apatia e disputas no Fórum foram os processos de eleições municipais, e a forma encontrada pela equipe técnica e pela coordenação do processo nesse período foi dar seqüência as atividades de elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo e de Capacitação, passando o Fórum a entrar num período de apatia quanto à sua dinâmica de reuniões permanentes.

Com a necessidade de elaborar o Plano Diretor Municipal Participativo, e em comum acordo com a coordenação do Fórum, essa responsabilidade foi integrada à dinâmica da Agenda 21 Local, em conformidade com as normas e procedimentos que regulamentam a elaboração de Planos Diretores Municipais, considerados pela equipe como similares aos procedimentos da metodologia da Agenda 21.

Para dar legalidade e legitimidade ao processo, o Decreto Municipal 057/2006 criou o Núcleo Executivo Municipal- NEM e o Núcleo Gestor Local- NGL, com a responsabilidade

de conduzir os processos de forma integrada e participativa. Em 27 de julho de 2006, a coordenação do Fórum ao avaliar o processo, propôs incorporar as atribuições dessa instância ao futuro Conselho Municipal de Desenvolvimento, formalizando institucionalmente o compromisso da participação dos seus membros e *“tornando-se um só organismo, de modo a evitar superposições de instâncias e atribuições”* ((R.I da Agenda 21 Local).

O NEM teve a responsabilidade de participar da capacitação técnica e de organizar a Oficina de Trabalho, onde foi elaborado o Plano de Trabalho com o propósito de pactuar as atividades e dinâmicas, integrando os processos da Agenda 21 e do Plano Diretor, de modo a dar continuidade à elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo e do Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Municipal Participativo.

A Oficina de Trabalho constituiu-se numa forma simplificada de planejamento local, mediante o compartilhamento, com representantes dos diversos segmentos sociais, da realidade do Município. Realizada no dia 14 de março de 2006, também representou um marco e um novo impulso no processo participativo e deliberativo, pois além da representatividade de 118 representantes dos diversos setores sociais, segmentos produtivos e gestores públicos, definiu a composição do NGL – Núcleo Gestor Local, que passara a ser responsável por coordenar o processo doravante, com a seguinte composição: além dos membros do NEM, foram acrescentados: Câmara de Vereadores; Sindicato dos Trabalhadores na Saúde Pública no Estado do Pará; Escola Municipal de Ensino Fundamental Adolfo Soares; Associação Comercial e Industrial; Cooperativa de Vans COOPERVAN; Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Pará; Associação dos Feirantes; Associação dos Moveleiros e Artesãos; Associação dos Açougueiros; ADEPARÁ; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER; Associação dos Moradores do Bairro Gusmão; Sindicato dos Trabalhadores no Comércio; Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária; Escola Municipal de Ensino Fundamental Elídia Maria; Comissão Municipal de Emprego e Renda. Outras 18 organizações da sociedade civil e do setor produtivo foram listadas para serem convidadas a integrar o NGL até sua reunião de instalação, que ocorreu no dia 23 de março de 2006.

No Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Municipal Participativo, foi prevista a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável – CMDUS, composto por 21 conselheiros, com participação majoritária da sociedade civil e do setor produtivo, de caráter deliberativo e com atribuição de acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal, deliberando sobre questões relativas a sua aplicação; acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento municipal; e, entre outros,

promover a pactuação de ações, planos, projetos e programas, entre os diversos atores sociais, que promovam o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ecológico sustentável.

A I Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, aprovou a composição do CMDUS, que posteriormente foi referendada pela Câmara de Vereadores e transformada na Lei Complementar no. 001/2006, com a seguinte composição: Poder Público, 06 vagas do Poder Executivo Municipal, 01 vaga do Poder Legislativo Municipal. Sociedade Civil, 06 vagas dos Movimentos Sociais (das quais 02 serão de associações de moradores e 04 das demais entidades que atuam na sociedade civil), 06 vagas do Setor Produtivo (das quais 01 será para associação de pequenos produtores, 03 para entidades de trabalhadores e 02 para entidades patronais), 02 vagas para Instituição acadêmica e estudantil. Ainda durante a I Conferência foram eleitas as entidades representantes da sociedade civil no CMDUS.

Através do Decreto Municipal 130/2006 foi instalado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – CMDUS, que é a instância participativa e deliberativa responsável por coordenar, fiscalizar e monitorar a implementação do Plano Diretor Estratégico de Desenvolvimento Municipal Participativo. O CMDUS tem a seguinte composição:

1. Representantes do Poder Público

1.1. Poder Executivo Municipal: a) Secretaria Municipal de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente – SECMA; b) Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão – SEMAD; c) Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária – SEMAP; d) Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social – SEMPAS; e) Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Poder Legislativo Municipal.

1.3. Conselho Municipal de Educação.

2. Representantes da Sociedade Civil

2.1. Movimentos Sociais: a) Associação dos Moradores Bela Vista e Parque Elites – AMBEVIPE; b) Associação dos Moradores do Bairro Gusmão – AMOBAG; c) Grupo Escoteiro Xavante – GEX; d) Associação Cultural Caminho de Vida – COMVIDA; e) Pastoral da Criança; f) Loja Maçônica Luz e Caridade Rondonense.

2.2. Setor Produtivo: a) SEBRAE Local; b) Associação dos Moveleiros e Artesãos – AMARP; c) Associação Filadélfia de Produtoras Rurais – AFIPA; d) Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR; e) Sindicato dos Trabalhadores no Comércio – SINTCRON; f) Sindicato dos Trabalhadores na Educação – SINTEPP.

2.3. Instituições Acadêmicas, de Pesquisa e Estudantil: a) Núcleo Universitário; b) Grêmio Estudantil do Ensino Médio.

6.4 DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO

O objetivo do diagnóstico é identificar as potencialidades e elaborar planos que possam desenvolver ou dinamizar tais potencialidades. É por meio do diagnóstico participativo que a comunidade toma consciência de seus problemas e dos obstáculos ao seu desenvolvimento. Por meio do diagnóstico a comunidade tenta descobrir suas potencialidades ou vocações.

As potencialidades são possibilidades de desenvolvimento que existem numa determinada localidade, em função dos recursos que ali estão disponíveis ou que possam vir a ser disponibilizados. Mais do que um procedimento técnico, o diagnóstico deve ser realizado de forma participativa, de modo que a comunidade se envolva na identificação de suas vocações, das potencialidades e dos entraves ao seu desenvolvimento e com a elaboração e implementação de planos que formulem as ações que possibilitarão o desenvolvimento da comunidade rumo à sua visão de futuro. Identificar que as vocações não brotam, objetivamente, da análise da realidade, isto é, não pode ser revelado tecnicamente, a partir do diagnóstico. A vocação é fruto de escolhas subjetivas, quer dizer, de opções conscientes dos sujeitos por um determinado caminho. É claro que as vocações podem estar baseadas nas potencialidades reveladas pelo diagnóstico. Vocações não são atividades concretas, porém, eixos em torno dos quais várias atividades econômicas, sociais, culturais etc, podem se articular e se fortalecer mutuamente, aumentando as vantagens comparativas da localidade e impulsionando o seu desenvolvimento.

O processo de elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo se deu em duas etapas significativas. Num primeiro momento, foram realizados encontros e reuniões com diversos grupos sociais e segmentos produtivos, especialmente no período de novembro 2003 a outubro 2004. Num segundo momento, com a responsabilidade de integrar e coordenar concomitantemente a elaboração do Plano Diretor Municipal com a Agenda 21 Local, foram realizadas as reuniões comunitárias, privilegiando critérios de diversidade por segmentos sociais, por temas e por divisão territorial (rural e urbano), garantindo a alternância dos locais de reuniões (diferentes bairros, comunidades, espaços físicos), de modo que a população pudesse expressar sua percepção e opinião sobre os aspectos positivos e negativos que vivenciava em seu dia-a-dia na comunidade.

Essas atividades proporcionaram a participação das comunidades rurais, reunindo e ouvindo mais de 450 lideranças e representantes dessas comunidades, grupos e segmentos, nessa primeira etapa. Numa segunda etapa, foram realizadas reuniões comunitárias nos bairros, reunindo e ouvindo cerca de 900 lideranças e representantes dessas comunidades e bairros.

As reuniões temáticas, setoriais e com grupos específicos, se realizaram através do próprio Fórum de Desenvolvimento Local e do GT da Bacia Leiteira e Agroindústria; dos Seminários que serviram como espaço de reflexão, interação e apresentação e análise de informações dos segmentos, como o Seminário da Bacia Leiteira do Município, em 2005; o I e o II Seminários de Implantação do Pólo Moveleiro e Artesão do Município, realizados em 16 e 30 de setembro de 2005; o Encontro para Elaboração do Projeto de Desenvolvimento da BR-222, realizado em 13 e 14 de dezembro de 2005, a partir do qual a diretoria do Banco da Amazônia, que participou ativamente do encontro, decidiu implantar uma agência desse Banco no Município, atendendo uma antiga aspiração do setor produtivo, e surgiu a iniciativa de criação do CIDES - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios da BR-222; a reunião pró Comitê Regional Tecnológico de Móveis e Artefatos de Madeira da BR-222, uma iniciativa que obteve o apoio institucional do Governo do Estado, através da SECTAM- Secretaria de Meio Ambiente e Tecnologia/PA, em 20 de junho de 2006; além das reuniões temáticas sobre Desenvolvimento Sustentável, Integração entre urbano e rural, juventude, e função social da propriedade e da cidade, realizadas em 18 de julho de 2006, no Núcleo Universitário; atividades que envolveram cerca mais de 450 lideranças e representantes desses grupos e setores, do poder público, da sociedade civil e do setor produtivo.

Em todos esses momentos, foi aplicada uma matriz de planejamento estratégico visando identificar na percepção daquele grupo quais eram as forças (o que o grupo produzia, qual sua capacidade), as fraquezas (quais os problemas do grupo), as oportunidades (que possibilidades externas o grupo poderia aproveitar) e as ameaças (quais condições externas poderiam prejudicar ao grupo), ou seja, quais os aspectos positivos e negativos percebidos em relação à vida cotidiana e ao futuro da comunidade.

Para mobilizar e motivar a participação popular no processo foi realizado um movimento chamado “Pit Stop” uma espécie de parada obrigatória na principal avenida da cidade, com transmissão ao vivo pela rádio local, em 14 de março de 2006. Uma Audiência Pública no dia 30 de março, preparada para apresentação do Plano de Trabalho, do cronograma de mobilização, dos princípios e fundamentos da política urbanística e do

desenvolvimento local e referendar a composição do Núcleo Gestor Local, contou com uma expressiva participação de mais de 800 cidadãos e cidadãs, renovando o ânimo das equipes envolvidas na coordenação do processo.

Em meio a essas atividades, a equipe técnica da Agenda 21 e NEM realizou o levantamento de dados estatísticos, informações socioeconômicas, planos e projetos realizados, leis municipais relevantes aprovadas, enfim, um conjunto de dados secundários que pudessem dar subsídio ao Diagnóstico Socioambiental e a elaboração do Plano Estratégico da forma mais integrada possível às demais iniciativas em curso que afetassem a comunidade.

Nesse período, através de parceria com o SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia, a equipe conseguiu acesso aos primeiros dados e informações georreferenciadas. O Município não possuía disponíveis mapas e dados que pudessem orientar o planejamento. Foi através da Agenda 21 e do Plano Diretor que esses instrumentos foram elaborados, utilizados e disponibilizados (R.I da Agenda 21 Local).

Informações de extrema relevância como o Zoneamento Agroecológico, realizado pela EMBRAPA alguns anos antes, que poderiam subsidiar a execução de políticas públicas para agricultura eram desconhecidas do domínio público e da administração municipal. Tais documentos foram recuperados, para realização do trabalho do diagnóstico. Assim como foram aproveitados os documentos gerados pelas Conferências Municipais de Saúde, de Educação, de Assistência Social, o Plano Plurianual e pré- diagnósticos existentes. A leitura técnica de Leis Municipais, tais como o Código de Vigilância Sanitária, a Lei de Perímetro Urbano, o Código de Posturas, o Código Tributário Municipal, entre outras normas locais também fizeram parte das tarefas empreendidas nessa etapa.

Dessa forma foi possível visitar e dialogar com diversas instituições públicas federais e estaduais, sediadas na capital do Estado ou nos pólos regionais como Marabá e Paragominas, que geraram parcerias profícuas até então inexistentes. No âmbito externo, o Município, de certa forma, saiu do ostracismo e passou a se relacionar com mais consistência com órgãos como a SEDURB (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano), SECTAM (Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, que posteriormente se transformou na SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente), SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), Escola de Governo do Estado do Pará, SEMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Marabá), IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, SEPOF (Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Finanças), IBGE e CNM (Confederação Nacional do

Municípios), além de reforçar os laços institucionais com a AMAT (Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins) e Universidades Federal e Estadual do Pará. Por outro lado, expectativas de parcerias mais consistentes com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA foram frustradas.

No âmbito interno passou a ocorrer uma maior interação entre as organizações sociais locais e o envolvimento do Núcleo Universitário nas discussões, reflexões e elaboração de propostas para políticas públicas locais. O Núcleo Universitário, até então ausente desses espaços, passou a ser um ator relevante e participativo.

Durante o processo de elaboração do Diagnóstico, três eixos foram definidos como objetivos estratégicos do processo da Agenda 21 Local:

➤ **Desenvolvimento Local**

Implantar o Pólo Moveleiro eco-sustentável

Fomentar a Bacia Leiteira e a agroindústria sustentável Integrar dinâmicas regionais da BR 222

➤ **Capital Social e Humano**

Fortalecer as organizações sociais

Capacitar e qualificar os agentes sociais

Democratizar a gestão e as políticas públicas

➤ **Protagonismo Local**

Estruturar o Comitê Jovem da Agenda 21

Fomentar Agendas 21 nas Escolas

Identificar e fortalecer as raízes da cultura local, (R.I da Agenda 21 Local).

O Fórum de Desenvolvimento identificou como **VOCAÇÕES** do Município *a pecuária leiteira e os derivados da madeira*. Essas duas vocações foram transformadas em eixos vetores do desenvolvimento local, a partir do qual passaram a ser definidas ações que os estruturassem como arranjos produtivos locais (APL) da bacia leiteira e do pólo moveleiro, buscando interação com os produtores dos demais municípios da região da BR-222.

As reuniões comunitárias, fóruns, seminários e atividades realizadas na zona rural e zona urbana, com grupos sociais e segmentos produtivos, buscaram identificar a percepção e as demandas populares, as dificuldades enfrentadas pela população no seu dia-a-dia e as potencialidades para promover o desenvolvimento local. Essas informações, foram

transformadas nas diretrizes e ações estratégicas do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, que se propõem a enfrentar essas debilidades e dificuldades, potencializar as vocações e promover o desenvolvimento sustentável do Município.

6.5 CAPACITAÇÃO

Os teóricos do desenvolvimento afirmam que é possível saber quais, mais ou menos, são os ingredientes básicos do desenvolvimento humano e social sustentável. Sabe-se que não basta apenas crescer economicamente. É preciso aumentar os graus de acesso das pessoas não apenas à renda, mas também à riqueza, ao conhecimento e ao poder ou à capacidade e à possibilidade de influir nas decisões políticas. Mas ninguém sabe a fórmula segundo a qual tais ingredientes se combinam, produzindo aquilo que chamamos de desenvolvimento (FRANCO, 2002).

É possível afirmar que durante muito tempo os economistas acreditaram que só existia um tipo de capital, relacionado aos bens e serviços que uma sociedade produzia e à renda da qual seus membros se apropriavam. Hoje se sabe que existem outros tipos de capitais que também são decisivos no processo de desenvolvimento. Além da propriedade produtiva, da riqueza, daquilo que poderíamos chamar de “Capital Empresarial”, existem ainda o “Capital Humano”, o “Capital Social” e o “Capital Natural”.

Para desencadear esse processo de promoção do desenvolvimento, precisamos criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Do ponto de vista do desenvolvimento humano e social sustentável, criar um ambiente favorável ao desenvolvimento é começar investindo no “Capital Humano”, sobretudo no empreendedorismo, e no “Capital Social”, quer dizer, na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade. Sem empreendedorismo e sem a base de confiança fornecida pela cooperação ampliada, acumulada e reproduzida socialmente, dificilmente conseguiremos promover o desenvolvimento.

A capacitação no processo da Agenda 21 Local é realizada de forma permanente, focada nos atores sociais que participam do processo e aqueles identificados como relevantes para a promoção das vocações e potencialidades locais. Seu foco visa fortalecer a capacidade de participação, de decisão, de organização social e de liberação do potencial empreendedor de cada indivíduo e grupo social.

Até o início do processo da Agenda 21 Local a capacitação na comunidade era concentrada praticamente no processo escolar formal, com esparsas e desarticuladas iniciativas fora do sistema educacional. Se houve uma mudança de foco na comunidade a partir da Agenda 21 Local, pode-se afirmar que foi na compreensão do papel estratégico da capacitação para o desenvolvimento local, (R.I da Agenda 21 Local). A partir desse entendimento a administração pública municipal estabeleceu formalmente um programa de capacitação realizado pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social. O envolvimento do Núcleo Universitário nas atividades da Agenda 21 e do Plano Diretor também contribuiu para fortalecer essa nova dinâmica, logo absorvida por diversas outras organizações do setor produtivo e da sociedade civil. Mas se houve um parceiro articulado pela Agenda 21 Local que contribuiu de forma significativa para esse processo foi o SEBRAE. De forma diferenciada do que geralmente ocorre em outras localidades, o SEBRAE se instalou no Município com foco já nas vocações pactuadas e vetores de desenvolvimento pactuados pelo processo da Agenda 21 Local, gerenciando e monitorando dois grandes projetos de Arranjos Produtivos Locais (APL's) do Leite e Derivados, e dos Móveis e Artefatos de Madeira, com investimentos em curso no valor próximo a R\$ 1 milhão.

Segundo relatório de atividades do SEBRAE Local, o Projeto Leite e Derivados iniciou com um primeiro grupo experimental dos produtores. Atualmente, o projeto formou um grupo de foco, atendendo 37 produtores rurais da região que concentra o maior número de produtores na bacia leiteira do Município, o Km 56, com investimentos superiores a R\$ 480 mil reais, aplicados em capacitação e formação num período de três anos. Nesse APL de Leite e Derivados, o SEBRAE, com suporte da administração municipal, realizou o Diagnóstico da Bacia Leiteira do Município, concluído em setembro de 2008, com investimentos de R\$ 30 mil reais. Ainda segundo o relatório do SEBRAE Local, são atendidos 23 moveleiros formais e informais, integrantes da Associação dos Moveleiros e Artesãos de Rondon do Pará, que recebem capacitação, formação em gestão e design de móveis e artefatos. O projeto prevê sua execução num período de três anos, com investimentos superiores a R\$ 500 mil reais com o objetivo de preparar os moveleiros para a implantação do Pólo Moveleiro Eco-sustentável.

Já o projeto de educação e orientação empresarial, também executado pelo SEBRAE, segundo o relatório de sua agência local, é voltado para a classe empresarial e trabalhadores, com o objetivo de capacitar para a gestão e melhor desenvolvimento de negócios. Esses projetos executados pelo SEBRAE no Município são monitorados através do SIGEOR – Sistema de Informação da Gestão Estratégica Orientada para Resultados, uma ferramenta de

apoio à tomada de decisão utilizada na metodologia de estruturação dos projetos daquela instituição de apoio a micro e pequenos empresários.

De modo geral, as atividades de capacitação realizadas através da parceria entre a Agenda 21, o Projeto de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal (conveniada com o Fundo Nacional de Meio Ambiente- FNMA) e o SEBRAE são: curso Saber Empreender – Formando empreendedores rurais, curso de Contabilidade para não-contadores, curso de Planejamento estratégico, palestra Planejando a abertura de sua empresa, curso Aprender a Empreender para jovens empreendedores, curso Saber Empreender para jovens empreendedores, mini-curso Determinação Empreendedora, curso Elaboração de Projetos para Captação de Recursos. Dessas atividades participaram mais de 130 empreendedores, gestores e líderes comunitários. Além dessas atividades, outros eventos de capacitação foram realizados, vários deles em parceria com o Projeto de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal, que são: Seminário da Agenda 21 Local, Seminário de Educadores Ambientais do Carajás, Oficina de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, Oficina de Gestão de Organizações Sociais, Oficina Artesanal de Reaproveitamento de Resíduos de Madeira, I Semana do Meio Ambiente, curso de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável (realizado pela Escola de Governo), Encontro de Integração Agenda 21 Local, Escola, Juventude e Plano Diretor Municipal, curso Básico de Associativismo e Cooperativismo, Oficina de Comunicação Popular, curso de Planejamento Territorial (realizado pela Escola de Governo), curso de Gestão Ambiental Municipalizada, Oficina para descentralização da gestão ambiental, curso de Formação de Jovens Agentes Ambientais. Dessas atividades participaram mais de 960 pessoas. Cabe ainda ressaltar que a equipe técnica do processo de elaboração da Agenda 21 Local e do Plano Diretor Municipal recebeu treinamento e acompanhamento da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano do Estado do Pará (SEDURB), da Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (AMAT) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), através de quatro Fóruns Regionais realizados por essas instituições em Marabá e através da visita de Força Tarefa dessas instituições no próprio Município, garantindo um processo com qualidade técnica e participação popular.

6.6 PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

Para os pressupostos da Agenda 21 o desenvolvimento sustentável só acontecerá se for explicitamente planejado. Historicamente, está comprovado que as forças de mercado ou fenômenos semelhantes não podem resolver os sérios problemas de integração das questões ambientais, econômicas e sociais.

O objetivo principal da Agenda 21, portanto, é a formulação e implementação de políticas públicas, por meio de metodologia participativa, que produza um plano de ação para o alcance de um cenário de futuro desejável pela comunidade, e que leve em consideração a análise das vulnerabilidades e potencialidades de sua base econômica, social, cultural e ambiental.

A construção e implementação de um plano de ação é o elemento central do planejamento para o desenvolvimento sustentável. Um plano estratégico aborda os problemas e necessidades em nível sistêmico e, com uma perspectiva de longo prazo, mobiliza recursos locais combinando os esforços das diferentes partes interessadas, para o alcance de meta comum.

Um plano de ação estratégico propõe metas concretas para se atingir o cenário de futuro desenhado pela comunidade local, tanto a curto como a longo prazo. Após a determinação das metas estratégicas, deve-se necessariamente, definir meios de implementação e vincular as propostas a um processo existente de planejamento formal, tais como: orçamentos plurianuais instrumentos fiscais, entre outros.

O plano resultante do processo da Agenda 21 deverá refletir uma estratégia local para o desenvolvimento sustentável, e segundo a metodologia sugerida pelo Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais- ICLEI e MMA: (1) ser claro e conciso; (2) identificar as principais questões e metas a serem alcançadas, com estratégias de ação para cada tema de acordo com os entraves identificados no diagnóstico; (3) relacionar organizações e setores envolvidos; (4) definir as responsabilidades de cada um; (5) estabelecer prazos; e, (6) definir formas de acompanhamento das ações e avaliação de desempenho.

O plano estratégico foi elaborado a partir dos objetivos e eixos estratégicos definidos pelo Fórum de Desenvolvimento Local, com foco nas vocações identificadas. A **Visão de Futuro** formulada “*Queremos em 20 anos ser uma das regiões mais prósperas do Brasil,*

valorizando o ser humano com qualidade de vida e respeitando os processos naturais do meio ambiente”, foi proposta por representantes do setor produtivo em encontro realizado para discutir o desenvolvimento da região. No encontro ficou claro a necessidade de pensar as dinâmicas locais integradas às dinâmicas micro-regionais e se iniciou o processo de criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da BR-222. (R.I da Agenda 21 Local).

Nos diversos encontros, reuniões comunitárias, seminários, oficinas, realizados com grupos sociais e segmentos produtivos, nos bairros e comunidades rurais e urbanos, foram aplicadas a matriz de identificação de Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, permitindo que mais de 1.800 cidadãos e cidadãs, líderes comunitários e gestores públicos, apresentassem sua perspectiva das potencialidades e fragilidades ao desenvolvimento da comunidade, suas demandas e propostas para transformação da comunidade visando alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento.

Do relatório dessas atividades, o Núcleo Executivo Municipal construiu uma matriz do Plano de Desenvolvimento com as “propostas” e os “problemas” identificados, agrupados por temas e precedidos da formulação de objetivos estratégicos e diretrizes: (1) Urbanismo, Saneamento, Habitação e Mobilidade; (2) Saúde; (3) Gestão pública, segurança, administração, tributos e trânsito; (4) Esporte, lazer, cultura e turismo; (5) Educação; (6) Desenvolvimento sustentável, ciência, tecnologia e meio ambiente; (7) Assistência e promoção social; e, (8) Agricultura e pecuária.

A Matriz do Plano de Desenvolvimento foi apresentada à população na Audiência Pública de apresentação e homologação do Diagnóstico participativo e do Plano Diretor estratégico do desenvolvimento de Rondon do Pará, após ampla mobilização e divulgação na comunidade, quando mais de 500 cidadãos e líderes da comunidade participaram da discussão, apresentando novas contribuições com dados, informações e propostas que foram apreciadas pelos participantes. Ao final, o documento estava validado e referendado pela comunidade e foram eleitos 66 delegados para a I Conferência Municipal de Desenvolvimento Sustentável, convocada através do Decreto Municipal no. 115/2006 (R.I da Agenda 21 Local).

O novo desafio do Núcleo Executivo Municipal consistiu em dar à matriz do Plano o formato de um projeto de Lei Municipal do Plano Diretor, que seria apresentado, discutido e validado pelos delegados durante a I Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável, e, posteriormente, submetido a aprovação da Câmara de Vereadores

A Câmara de Vereadores em Sessão Especial que reuniu as Comissões Técnicas Permanentes e levaram a aprovação do Plano, transformado na Lei Complementar 001/2006.

O Plano Estratégico, agora transformado em Lei Diretora Municipal, estabeleceu a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – CMDUS, *de caráter deliberativo e com atribuição de acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal, deliberando sobre questões relativas a sua aplicação; acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento municipal; e, entre outros, promover a pactuação de ações, planos, projetos e programas, entre os diversos atores sociais, que promovam o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ecológico sustentável.*

Em 21 de novembro de 2006, o CMDUS depois de instalado e empossado, aprova seu Regimento Interno e inicia os procedimentos para a etapa seguinte que será a pactuação das ações estratégicas ao desenvolvimento local. O evento de posse do CMDUS foi acompanhado de perto pela equipe do Departamento de Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente, que selecionou o processo da Agenda21 Local de Rondon do Pará para integrar o vídeo sobre experiências exitosas de Agenda 21.

6.7 PACTUAÇÃO DE AÇÕES E PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

A lei do Plano de Desenvolvimento previu no seu art. 158 que deveria ser criada a Agenda de Prioridades com a pactuação de Ações Estratégicas para o desenvolvimento municipal. Ao CMDUS caberia a elaboração dessa Agenda, o que foi feito através da aplicação de uma Matriz de implementação, prevista na metodologia da Agenda 21 Local, estabelecendo prazos, responsáveis, parceiros e o âmbito de cada ação do Plano.

A partir de fevereiro 2007, os membros do CMDUS, foram integrados em quatro Grupos de Trabalho com os mesmos temas previstos na metodologia da I Conferência Municipal: (1) Do Desenvolvimento Sustentável; (2) Da Proteção e Inclusão Social; (3) Da Estruturação e do Ordenamento Territorial; e, (4) Da Gestão Pública Municipal Democrática e Participativa. Esses grupos, compostos pelos Conselheiros do CMDUS e com a adesão dos membros do Núcleo Gestor Local, foram responsáveis por elaborar a proposta da agenda de pactuação.

A II Conferência Municipal do Desenvolvimento Sustentável da Cidade de Rondon do Pará, convocada através dos Decretos Municipais nº 050 e 056/2007, com a participação de mais de 100 delegados e participantes, discutiu o temário das III Conferências Nacional e Estadual das Cidades, apreciou a proposta de pactuação apresentada pelos Grupos de

Trabalho, aprofundou a análise e, após propostas de alterações, validou a Agenda de Ações Prioritárias do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, enviando à Câmara de Vereadores, tornando-se a Lei Municipal nº 529, de 09 de abril de 2008. A Agenda de Prioridades, de modo a possibilitar a implementação do Plano, previu a classificação das ações estratégicas em quatro níveis:

➤ **Âmbito da ação:**

Ação Local: aquela que pode ser executada pela própria comunidade, com seus próprios recursos, isto é, que não dependem de parceiros externos para sua execução.

Ação de Negociação: aquela que para ser executada precisa de parceria com atores externos à comunidade, como exemplos: o Governo do Estado, um Ministério do Governo Federal ou um agente financeiro.

➤ **Responsável pela execução da ação:**

Identificando qual instituição ou órgão fica responsável por coordenar a execução dessa ação, de quem será cobrada a iniciativa para sua realização. No caso da ação ser “local”, esse órgão é responsável pela sua execução. No caso da ação ser de “negociação”, esse órgão deverá dar os passos necessários para buscar as parcerias que vão garantir a execução da ação.

➤ **Parceiros:**

São identificados os parceiros necessários para que a ação seja executada plenamente.

➤ **Prazo:**

Cada ação recebeu um prazo para ser executada:

- Curto prazo: cumpre-se em 02 (dois) anos.
- Médio prazo: cumpre-se entre 03 (três) a 05 (cinco) anos.
- Longo prazo: cumpre-se entre 06 (seis) a 10 (dez) anos.

Ao classificar as ações por prazo, os delegados e conselheiros do CMDUS levaram em consideração não apenas o tempo necessário para sua execução, mas também os recursos necessários e disponíveis e sua urgência e relevância para debelar os problemas identificados no Diagnóstico Socioambiental Participativo e propostos no Plano Estratégico de Desenvolvimento.

6.8 PLANO DE INTERVENÇÃO EM ÁREAS ALTERADAS

Nesse momento, o objetivo foi interferir sobre a crise ambiental local, uma vez que essa região é a que mais desmata na Amazônia, conhecida como arco do desmatamento. A leitura do relatório de implementação da Agenda 21 Local é que esse cenário constitui-se num grande obstáculo ao desenvolvimento municipal de Rondon do Pará. Foi abordado da seguinte forma: diante da crise ambiental e dos seus impactos na economia regional, o esforço foi de aglutinar os produtores rurais em discussão com o poder público local para construir conjuntamente soluções para aquela micro-região já que abrange outras municipalidades, a Agenda 21 Local e o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da BR-222-CIDES foram os articuladores desse arranjo.

Na discussão foi proposto que os Municípios deveriam realizar um diagnóstico contendo a descrição de toda sua área rural, com um simples cadastro, localizando pontos geográficos, nome e endereço dos proprietários, e por fim, como cita o relatório da Agenda 21, um mapa com o mosaico das propriedades rurais do Município. Por consenso, foi pactuado a necessidade de elaborar um Plano Municipal de Combate ao Desmatamento, com micro-zoneamento ecológico-econômico. Essa disponibilidade em discutir esse obstáculo e propor soluções é uma forma dos municípios assumirem o compromisso de combater o desmatamento e buscar saída da crise ambiental e econômica.

A participação nesse processo de busca de solução, a participação do seguimento produtores rurais foi massiva, porém com resistência de parcela desse setor, quando convocado pelo Governo Federal e Estadual para recadastramento, considerando como prioridade a regularização fundiária e o zoneamento ecológico-econômico da região.

Várias reuniões de sensibilização, capacitação com seminários foram feitas com envolvimento significativo de pessoas ligadas à problemática da terra nessa localidade. O envolvimento dos atores governamentais foi importante para fortalecer ações que somente com a presença do Estado é que poderiam ser solucionadas. A exemplo o já mencionado zoneamento ecológico-econômico. Dessa forma, foi feito um projeto piloto que serviu de referência para a feitura do Plano de Intervenção em Áreas Alteradas, ampliando depois para toda a região envolvendo os cinco municípios.

6.9 MONITORAMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS FUTUROS

Além dos desafios tradicionais que provém de uma região conflitante como a de Rondon do Pará, que se mostra pela dificuldade de aglutinar pessoas dos mais variados perfis e interesses, a tentativa de influenciar os tomadores de decisões, aqueles que monopolizam o poder público, existe em escala maior um grande desafio em mudar a cultura predatória construída sobre um modelo conservador de ocupação da Amazônia, focado na devastação.

A Agenda 21 Local é um processo que varia de acordo com as particularidades de cada lugar onde está sendo desenvolvido. Em geral, entende-se que é mais importante manter em vista os princípios do desenvolvimento sustentável do que seguir a metodologia determinada. Elaborado o plano de ação, são necessários alguns ajustes nos procedimentos operativos e, ocasionalmente, uma reorganização institucional. Os processos administrativos existentes e a divisão de responsabilidades entre secretarias e departamentos do governo local e outras instituições envolvidas na implementação das estratégias propostas pelo plano de ação devem ser ajustadas, de modo a permitir a ativa participação dos usuários. Ocasionalmente, pode ser recomendada ainda a criação de uma organização ou instituição para coordenar a execução de certos aspectos do plano.

O Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo previu os seguintes instrumentos para implementação, monitoramento e avaliação de sua execução:

Sistema Integrado de Informações:

Reúne informações de natureza imobiliária, tributária, patrimonial, ambiental, socioeconômica e cultural e outras de interesse para gestão do desenvolvimento municipal, inclusive os planos, programas e projetos em execução.

A administração municipal deve instituir um Núcleo Permanente de Planejamento e Desenvolvimento Municipal responsável por manter atualizado o Sistema Municipal de Informações, garantindo:

(1) A padronização, integração e migração dos dados entre os diversos sistemas existentes na administração municipal e a revisão e adequações necessárias nas divisões administrativas, a fim de garantir a unicidade e multifuncionalidade da base de dados do sistema.

(2) O direito de qualquer cidadão a ampla informação sobre os conteúdos dos documentos, informações, estudos, planos, programas e projetos, ressalvas as situações em que seja o sigilo imprescindível para a segurança da sociedade e do Município.

(3) A obediência aos princípios da democratização, publicização e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo.

Coordenação do processo de implementação do Plano:

A Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo fica designada para coordenar o processo de implementação do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, constituindo em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e demais órgãos municipais, o Núcleo de Planejamento e Gestão.

Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável

Órgão deliberativo em matéria de natureza urbanística, de política urbana e territorial, composto por 14 membros representantes da sociedade civil e 07 do poder público, eleitos democraticamente pelos seus respectivos segmentos. Tem a atribuição de:

(1) acompanhar a implementação Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo, analisando e deliberando sobre questões relativas a sua aplicação;

(2) deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor Estratégico do Desenvolvimento Municipal Participativo;

(3) acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento municipal, inclusive os planos setoriais;

(4) deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana e territorial, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;

(5) gerir os recursos oriundos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Territorial e Urbano; e, entre outras atribuições,

(6) promover a pactuação de ações, planos, projetos e programas, entre os diversos atores sociais, que promovam o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e ecológico sustentável.

Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável

As Conferências devem ocorrer a cada dois anos, abertas a participação de todos os cidadãos e cidadãs do Município, com atribuição de:

- (1) apreciar as diretrizes da política territorial e urbana e da política de desenvolvimento sustentável do Município;
- (2) debater os relatórios anuais de gestão da política territorial e urbana, apresentando críticas e sugestões; e, entre outras atribuições,
- (3) sugerir à administração municipal adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos.

Audiências Públicas

São realizadas sempre que necessário, com o objetivo de consultar a população sobre as questões urbanas e territoriais relacionadas a determinada territorialidade, de forma a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do CMDUS, a quem cabe convocá-las.

Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Criado para apoiar a implementação das ações previstas no Plano, constituído, entre outras fontes, por receitas provenientes da aplicação dos instrumentos urbanísticos que o Município venha a adotar.

O principal desafio da comunidade está na concretização desses instrumentos de implementação, avaliação e monitoramento da execução das ações previstas no Plano. Como a consolidação desse processo aconteceu nos quatro anos da administração atual, sendo este um ano eleitoral, será necessário aguardar a eleição de novos gestores, para que em parceria com a sociedade, se possa dar os passos necessários para consolidação desses instrumentos.

A continuidade das ações estão previstas no próprio Plano Estratégico. E os desafios são muitos, entre eles os mais significativos são:

- Estruturar a cadeia produtiva agroflorestal, com a iniciativa do Poder Público local em parceria com as demais instâncias do poder público e com o setor produtivo, investindo em reflorestamento, renovação do parque tecnológico da indústria do setor, e verticalização da produção, minimizando os resíduos através de processos de reuso e o acesso a mercados consumidores mais exigentes.

- Fortalecer a produção da bacia leiteira através do forte investimento em capacitação, melhoramento genético do rebanho, manejo sanitário e de pastagem adequados, com

industrialização do insumo na própria comunidade e recuperação das áreas degradadas de modo a reinseri-las no ciclo produtivo.

- Promover a qualificação profissional de uma juventude vibrante e empreendedora que aguarda oportunidades, especialmente com cursos técnicos e superiores focados na vocação e nos vetores de desenvolvimento regional.

- Estruturar o Pólo Moveleiro Eco-Sustentável através da criação do Parque Industrial produtivo de móveis e artefatos de madeira com produção certificada.

- Realizar o Zoneamento Ecológico e Econômico e a regularização fundiária da macro-região do sul e sudeste paraense.

- Integrar politicamente os Municípios da região, fortalecendo o Consórcio criado (CIDES) e integrando os arranjos produtivos regionais de Dom Eliseu, Rondon do Pará, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins e Ulianópolis, através de cadeias produtivas.

- Fortalecer os espaços e processos de participação popular na gestão das políticas públicas, rompendo com a cultura clientelista e estabelecendo a relação cidadã entre o poder público e a sociedade civil.

- A administração pública municipal dar seqüência ao processo e estruturar os instrumentos previstos para implementação e monitoramento do Plano Estratégico.

O enfrentamento desses desafios futuros está previsto no Plano Estratégico através das várias ações pactuadas e instituídas como Lei Municipal. O cidadão tem à sua disposição os mecanismos jurídicos para acionar como crime de responsabilidade, caso haja negligência do poder público, (R.I da Agenda 21 Local)

7- OS RESULTADOS OBTIDOS COM A ESTRATÉGIA DE AGENDA 21

A implementação de ações consideradas estratégicas pela Agenda 21 Local não obedeceu a regra cronológica do passo a passo previsto na metodologia. É por isso que é importante ressaltar que o processo varia de acordo com as particularidades de cada lugar onde está sendo desenvolvido e mais importante do que a metodologia, é o resultado do processo mantendo em vista os princípios do desenvolvimento sustentável.

De forma sintética, pode-se relacionar as seguintes características, ganhos, ações executadas e impactos produzidos durante o processo da Agenda 21 Local de Rondon do Pará, seja através do próprio projeto, seja, através dos parceiros que foram identificados, fortalecidos, ou seja, até mesmo através daqueles que pouco se envolveram diretamente no processo, mas que de uma forma ou de outra viveram esse momento rico e diverso na comunidade:

1. Sensibilização e mobilização da população para participação no processo, chegando a envolver cerca de 10% da população nas diversas etapas do processo, dando forma a um processo inédito de participação democrática na deliberação de políticas públicas no Município.

2. Elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo, com levantamento de informações estatísticas, construção de indicadores e de instrumentos como mapas e dados georeferenciados, produzindo uma análise socioambiental participativa do Município.

3. Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável Local, que se tornou na Lei do Plano Diretor Municipal Participativo, contendo diretrizes e ações estratégicas para enfrentar as debilidades e alavancar as potencialidades do Município, partindo das vocações e vetores para o desenvolvimento identificados, com foco numa visão de futuro da comunidade.

4. Criação de espaços colegiados de participação popular na elaboração, implementação, monitoramento e fiscalização da implementação do Plano estratégico, tais como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentável, a Conferência Municipal de Desenvolvimento Sustentável e as Audiências Públicas, entre outros, previstos na Lei do Plano Diretor Municipal.

5. Capacitação de lideranças comunitárias, gestores públicos e cidadãos interessados, dos diversos segmentos produtivos e grupos sociais, gerando na comunidade um interesse e

uma iniciativa do poder público local por organizar ações de capacitação para o empreendedorismo e o exercício da cidadania.

6. Envolvimento do setor educacional, escolas e especialmente do Núcleo Universitário nas reflexões, discussões e formulação de políticas públicas locais.

7. Construção de um processo de parcerias institucionais que geraram a implantação de unidade local do SEBRAE; da agência do Banco da Amazônia; de política de Microcrédito através do Banco do Cidadão; da Política Municipal do Meio Ambiente; da execução do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável pelo Banco do Brasil; da criação do CIDES – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da BR- 222; das ações de fortalecimento da Bacia Leiteira e do Pólo Moveleiro regional.

8. A identificação e emergência de novos atores locais, como os Moveleiros, que foram organizados numa associação e estão recebendo qualificação para implantação do Pólo Moveleiro; dos Feirantes, que também foram organizados em associação e que puderam conquistar junto a administração pública municipal e estadual a reforma do Mercado Municipal; e o fortalecimento dos atores sociais já organizados, através dos espaços de discussão, de capacitação e de interação proporcionados pelo processo da Agenda 21 e do Plano Diretor Municipal.

De todas as dificuldades enfrentadas a que mais se sobressalta é a cultura do imediatismo, a pouca capacidade de olhar para o presente a partir da perspectiva do futuro. É essa cultura que gera uma sociedade que se auto-consome e destrói as possibilidades de realizar plenamente suas potencialidades. Mas é o sonho que restitui a capacidade de mudar o ambiente, e falar de Agenda 21 é falar do sonho de realizar plenamente potencialidades. Talvez a cultura local não tenha sido afetada de forma tão significativa como deveria ou poderia, mas uma semente foi plantada. A continuidade será um desafio, e dependerá da cooperação e do empreendedorismo da comunidade do município de Rondon do Pará, fazendo com que seus espaços de participação sejam efetivos possibilitando o controle público sobre os representantes do poder público local.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos ao longo do trabalho trazer à tona o debate sobre o desenvolvimento sustentável. Há uma convergência do ponto de vista teórico quanto sua multidimensionalidade, implicando no envolvimento de diversas variáveis. Alguns teóricos arriscam em afirmar que essas são conhecidas, o que não se conhece é a forma como elas se relacionam para produzir aquilo que chamam de desenvolvimento. Com base nessa premissa, constituímos um histórico da prática e tentativa de se promover o desenvolvimento, focado na estratégia de Agenda 21. Observamos que sua construção à época da Conferência Rio-92, envolveu uma diversidade de países e atores dos mais variados lugares do planeta, daí o subtítulo do global ao local, numa referência ao protagonismo social e político em processo de deliberação pública, no auto reconhecimento, na afirmação da legitimidade dos diferentes, que só é possível quando mediado por um processo democrático forte capaz de gerar a institucionalidade requerida que foi a pactuação da Agenda 21 dos países signatários.

Com o arcabouço teórico do desenvolvimento e o arranjo da Agenda 21 Local procuramos demonstrar o passo a passo do processo de desenvolvimento local do Município de Rondon do Pará localizado no estado do Pará. Esse processo, que teve o envolvimento de um conjunto de atores governamentais, sociedade civil e setor produtivo, promoveu um conjunto institucional muito interessante. Com a estratégia foi possível mobilizar pessoas em processos participativos; construir o Fórum de Desenvolvimento Local; gerar processos de capacitação potencializando seu capital humano; fazer o Diagnóstico Participativo desvelando as potencialidades e dificuldades do município para construir o futuro desejado; construir de maneira participativa o Plano de Desenvolvimento Local e seu posterior monitoramento.

O resultado desse processo gerou um conjunto de institucionalidades, criando conselhos de participação popular em condições de igualdade com os agentes do poder público, bem como o plano diretor urbano local, além do seu objetivo central de descobrir seu potencial e alavancar suas vocações centradas na bacia leiteira e no pólo moveleiro. Os próprios atores locais afirmam ser um primeiro passo, que depende, prioritariamente, da capacidade da sociedade local em exercer o controle público sobre o poder público local para que todo esse processo construído não seja prejudicado pela falta de compromisso dos agentes públicos.

Todo esse conjunto é correspondente com a fundamentação teórica do desenvolvimento sustentável, uma vez que envolve o próprio local, seus protagonismos

advindos do acúmulo de capital humano, sua capacidade de empreender, dos processos cooperativos do trabalho em conjunto uma vez que mobilizou uma parcela significativa da sociedade local, gerou e fortaleceu o capital social; incluiu e reconheceu a multiplicidade de movimentos sociais, fortalecendo as redes sociais e sua representação. Reconheceu na estratégia da Agenda 21 um potente instrumento de mudança social, tendo-a como uma referência, mas se pautando quando esta não apresentava os caminhos necessários nos valores e princípios do desenvolvimento sustentável: cada local tem a sua fórmula específica de encontrar os caminhos do desenvolvimento, e isso depende de sua gente, das suas histórias, de suas culturas locais, e a capacidade de gerar a mudança social necessária, foi isso que encontramos quando observamos a experiência do Município de Rondon do Pará com o processo da Agenda 21 Local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo; SOUZA SANTOS, Boaventura. *Para Ampliar o Cânone Democrático*. Disponível em <http://sureco.grude.ufmg>. Acesso em 20/09/2008.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira: Resultado da Consulta Nacional/Ministério do Meio Ambiente*. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira: Ações Prioritárias/Ministério do Meio Ambiente*. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. *Cidades Sustentáveis: Subsídios à elaboração da Agenda 21 Brasileira*. Brasília, 2000.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. *Passo a Passo da Agenda 21* Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2005.

BRASIL, República Federativa do. Ministério do Meio Ambiente. *Uma Nova Agenda para Amazônia: Agenda 21 e Sustentabilidade*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2004.

BRASIL. *Cartilha Rede Brasileira de Agendas 21 Locais*. Projeto Desenvolvimento Sustentável e Participação Social. Brasília 2006.

DIAGNÓSTICO E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ. Prefeitura de Rondon do Pará, Rondon do Pará/PA, 2008.

FERES, C. Os Determinantes da Efetividade Democrática da Participação Social. Disponível em <http://sureco.grude.ufmg>. Acesso em 20/09/2008.

FRANCO Augusto de. *Pobreza e Desenvolvimento Local*. Brasília: AED, 2002.

GUIMARÃES, J. As culturas brasileiras da participação democrática. In: AVRITZER, L. (Org.) *A Participação em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, São Paulo, Martins Fontes, 2000.

LEROY, J.P; MAIA, K.D.; GUIMARÃES, R. (Orgs.). *Brasil Século XXI: Os Caminhos da Sustentabilidade Cinco Anos depois da Rio-92*. Rio de Janeiro: Fase, 1997.

MARTINHO, Cássio. *O projeto das redes: horizontalidade e insubordinação*, Aminoácido, Brasília, AED, 2002.

MATURANA, Humberto e VARELA, Francisco. *De Máquinas e Seres Vivos- autopoiesis: a organização do vivo*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

PAULA, Juarez de. *Democracia e Desenvolvimento/ Aminoácido*, Brasília, AED, 2001.

PLANO DIRETOR DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL PARTICIPATIVO. Agenda 21 Local, Rondon do Pará/PA, 2008.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Relatório de Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Rondon do Pará. *Implementação da Agenda 21 de Rondon do Pará*. Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Rondon do Pará/PA, dezembro de 2008.

TOCQUEVILLE, Alex de. *A democracia na América*, São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VEIGA, José Eli da. *Do global ao local*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2005.

SHERER-WARREN, Ilse. *Das Ações Coletivas às Redes de Movimentos Sociais*. Disponível em <http://sureco.grude.ufmg>. Acesso em 16/10/2009.